



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 17 de abril de 2012

A CRITICA

Institucionalização do CBA deve sair até o final do primeiro semestre deste ano a definição da identidade jurídica do CBA.. 1
VEICULAÇÃO LOCAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Hillary quer acordo de livre-comércio entre EUA e Brasil 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Hillary: mais inovação entre Brasil e EUA..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Guerra dos portos segue sem solução 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

CUT perde espaço entre centrais sindicais 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR


"Rio+20 não pode ser só desfile de chefes de Estado" 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Primeiro trimestre está perdido e crescimento de 4,5% é incerto 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

JUS BRASIL

Deputados visitam Centro de Biotecnologia do Amazônia..... 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA
	TÍTULO Institucionalização do <u>CBA</u> deve sair até o final do primeiro semestre deste ano a definição da identidade jurídica do <u>CBA</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O anúncio foi feito nessa segunda pelo **Superintendente da Suframa**, durante a visita de deputados estaduais e federais do **Amazonas** ao **CBA**

Manaus, 17 de Abril de 2012

Superintendente da Suframa fala aos parlamentares sobre as propostas para (Divulgação)

Até o final do primeiro semestre deste ano o **Governo Federal** deverá concluir a definição da identidade jurídica do **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** com a criação da empresa pública que ficará responsável pela gestão do órgão.

O anúncio foi feito nessa segunda-feira (17), pelo **Superintendente da Zona Franca de Manaus**, Thomaz Nogueira, durante a visita de deputados estaduais e federais do Estado do **Amazonas** ao Centro, localizado no **Distrito Industrial**, Zona Sul de **Manaus**.

A visita, organizada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do **Amazonas** (SECT) em parceria com a **Suframa**, teve o objetivo de apresentar à sociedade um panorama atual do **CBA**, fornecendo detalhes sobre sua infraestrutura, projetos em **desenvolvimento** e principais dificuldades operacionais.

Segundo Thomaz Nogueira, já existe uma minuta de Projeto de Lei referente à criação da empresa pública que gerenciará o **CBA** em tramitação no **Governo Federal** e a **Suframa** está também, no momento, fornecendo subsídios para que sejam definidas diretrizes do modelo de gestão do Centro, dentre as quais questões como as formas de financiamento e captação de recursos, o **Ministério** ao qual o órgão ficará vinculado diretamente e também a seguridade do vínculo profissional com seus funcionários.

Nogueira fez questão de ressaltar que o **Governo Federal** tem dado prioridade à resolução da institucionalização do **CBA** e que o estabelecimento da natureza jurídica do órgão será o principal passo para que ele ganhe plena autonomia em seus processos e possa se transformar no centro biotecnológico de agregação de valor aos produtos e insumos amazônicos nos moldes em que foi projetado.

"É válido destacar que o **CBA** tem funcionado e desenvolvido projetos relevantes nos últimos anos, mas que por falta dessa indefinição em sua gestão, ainda não conseguiu caminhar sozinho. A **Suframa** trabalha com uma missão e com um deadline e estamos otimistas de que no curto prazo essa solução seja encaminhada", disse.

O secretário de Ciência e Tecnologia do **Amazonas**, Odenildo Sena, disse que a ideia de realizar a reunião com os parlamentares amazonenses na sede do **CBA** teve o propósito de possibilitar a eles que conhecessem pessoalmente a realidade da instituição, a fim de que somem forças para auxiliar na solução dos problemas enfrentados pelo Centro.

"O **CBA** está perto de completar dez anos de sua criação e é preocupante que uma estrutura desse porte, com tantos laboratórios e muitos deles únicos na região, ainda não esteja funcionando devido à ausência de uma 'certidão de nascimento'. Precisamos trabalhar coletivamente para que essas definições sejam feitas com urgência e esse órgão, de tamanha relevância para a **Amazônia** e para o Brasil, funcione efetivamente", afirmou Sena.

Estiveram presentes na reunião os **Superintendentes** adjuntos de Projetos da **Suframa**, Gustavo Igrejas, de Planejamento e **Desenvolvimento Regional**, José Nagib, e de Operações, José Adilson, assim como os deputados da Assembleia Legislativa do Estado (ALE) Abdala Fraxe, Marcelo Ramos, José Ricardo, Sidney Leite, Conceição Sampaio, Chico Preto, Luiz Castro, bem como o deputado federal Carlos Souza.

Questionamentos

Além de aproveitarem para fazer questionamentos e retirar dúvidas principalmente sobre tópicos como as atividades do Centro e seus resultados até o momento, a interação com a sociedade e as potencialidades futuras de atuação, todos os parlamentares reconheceram em suas falas a importância estratégica do **CBA** para a região.

Os parlamentares sugeriram também, entre outras propostas, a realização de uma audiência pública em Brasília para dar agilidade às discussões visando à criação da empresa pública e também a redação de um manifesto em conjunto com entidades empresariais locais para dar


sustentação política às solicitações pela urgência na definição da identidade jurídica do Centro.

O **Superintendente** Thomaz Nogueira pediu também que os pesquisadores e coordenadores laboratoriais do **CBA** fizessem uma breve apresentação do funcionamento de suas unidades e os principais projetos em **desenvolvimento**. Os pesquisadores José Augusto Cabral, coordenador de Produtos Naturais, Maria Luiza Ricart, do Núcleo de **Produção** de Extratos e Planta de Processos Industriais; Célia Simonetti, do Núcleo de Informação Biotecnológica; Massayoshi Yoshida, da

Central Analítica; Rudi Procópio, da Microbiologia Tetsuo Yamane, de Biologia Molecular, Antônio José Lapa, de Farmacologia e Toxicologia e Aline Lauria, da Administração; auxiliaram também nas respostas aos diversos questionamentos feitos pelos deputados.

Ao final da reunião, os parlamentares ainda visitaram os laboratórios de Química de Produtos Naturais e Culturas de Tecido, Cromatografia e Análise Analítica.

www.acritica.com.br

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Hillary quer acordo de livre-comércio entre EUA e Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Brasil e os EUA precisam considerar um acordo de livre-comércio, além da redução da dupla tributação, disse a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, em visita ao Brasil.

Sem fazer defesa clara da candidatura brasileira, ela admitiu a necessidade de reforma no Conselho de Segurança da ONU.

Hillary sugere acordo de livre-comércio com Brasil

Secretária dos EUA admite que Conselho de Segurança da ONU deve ser reformado

DE BRASÍLIA

Além da redução da dupla tributação, demanda dos empresários brasileiros, Brasil e EUA precisam considerar um acordo de livre-comércio, afirmou a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, em visita ao país.

Cinco dias após a visita da presidente Dilma Rousseff aos EUA, a secretária participou de evento promovido pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) em Brasília e fez um discurso a empresários abrangendo diversos assuntos, sem entrar em detalhes sobre a necessidade de um acordo entre os países.

Mais tarde, em entrevista coletiva após encontro com o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, a secretária admitiu a

necessidade de uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, apesar de não fazer uma defesa clara da candidatura brasileira a um assento permanente no órgão.

"É difícil imaginar um conselho que não inclua o Brasil com todo o progresso que o país vem realizando e as oportunidades que vem oferecendo ao seu povo", ponderou. "Mas também aprendemos que, até que outros países se comprometam, não faremos o progresso necessário", completou.

SÍRIA

Ela cobrou do ditador Bashar Assad o fim da violência na Síria.

Sobre o Irã, disse que o país tem de cumprir o tratado de não proliferação de armas nucleares. (FLÁVIA FOREQUE, JULIA BORBA E MAELI PRADO)

Frase

"Sempre digo que as economias vencedoras são semelhantes a um banco de três pernas. Uma é o governo, outra é um setor privado sólido e a terceira é a sociedade civil. Se essas pernas não se equilibram, o banco cai"

HILLARY CLINTON secretária de Estado dos EUA, em referência à economia brasileira, durante encontro com empresários em Brasília


	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Hillary: mais inovação entre <u>Brasil</u> e EUA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA. Em um gesto de aproximação com o país, a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, afirmou que Brasil e Estados Unidos devem aprofundar a parceria em projetos de inovação. Ao participar de evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Câmara Americana de Comércio (Amcham), destacou que investimentos em tecnologia protegem os dois países das dificuldades vindas da crise mundial.

- Não há garantia de que o progresso que já foi obtido por Brasil e EUA continue para sempre. Como é possível manter impulsos que já foram dados em meio a um ambiente de crise? A saída, em grande parte, vem da inovação. E nossos países estão transformando isso em ação - afirmou Hillary.

A secretária citou a recente abertura de um centro de pesquisas da Microsoft no Brasil e o início do projeto entre Boeing, Embraer e **BNDES** para investir no uso de biocombustíveis. Hillary destacou que enviará ao Brasil delegação de empresários e educadores para discutir mais projetos de parceria nessa área.

Hillary se reuniu com a presidente da Petrobras, Graça Foster. Segundo a secretária, o encontro tratou do potencial do pré-sal e de parcerias nessa área. (Martha Beck)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Guerra dos portos segue sem solução		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O projeto de resolução do Senado para acabar com a chamada "guerra dos portos", de autoria do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), exige a criação de aparato burocrático no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A medida, que uniformiza em 4% a alíquota interestadual de **ICMS** sobre bens **importados**, será de difícil execução. Ontem, após reunião no **Ministério da Fazenda** com a presença dos governadores dos Estados que se sentem prejudicados com as mudanças, permaneceu o impasse quanto à adoção de um prazo de transição. O governo quer a medida em vigor em janeiro e os Estados, transição de quatro anos. O projeto deve ser votado hoje no Senado.

Impasse compromete fim da guerra dos portos

Por Thiago Resende e Lucas Marchesini | De Brasília

Depois de reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que participou também a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e o líder do governo no Senado, Eduardo Braga, os governadores do Espírito Santo, Renato Casagrande, e de Santa Catarina, Raimundo Colombo, informaram que permanece o impasse em torno do prazo de transição para aplicação da Resolução 72, projeto que unifica em 4% a alíquota de **ICMS** em operações interestaduais com produtos **importados**. Se aprovada sem a transição, disse Casagrande, a medida pode "contaminar" as decisões federativas no Congresso. Colombo afirmou que a mudança no **ICMS** é uma "invasão dentro das políticas dos Estados, pois quebra o princípio da federação".

Sobre a possibilidade de questionar a medida no Supremo Tribunal Federal, o governador de Santa Catarina disse que isso tem que ser analisado. O impasse, portanto, continua pela ausência de regras de transição, não contempladas no parecer substitutivo do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), com o qual o governo surpreendeu os governadores prejudicados, previsto para ser votado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Braga tirou o período de quatro anos de transição (a medida entraria em vigor em 2015) previsto no parecer anterior do senador Delcídio Amaral (PT-MS) e apresentou uma outra novidade: fixou que os 4% incidirão sobre bens e

mercadorias importados do exterior que tenham mais de 40% de conteúdo de **importação**. Pelo substitutivo, caberá ao Confaz baixar normas para fins de definição dos critérios e procedimentos a serem observados no processo de certificação do Conteúdo de **Importação** (CCI).

O governo quer fazer valer a resolução a partir de janeiro de 2013, sem transição. Os governadores Raimundo Colombo (Santa Catarina), Marconi Perillo (Goiás) e Casagrande (Espírito Santo) se encontraram ontem com Mantega, mais uma vez. Os três Estados terão as maiores perdas, caso a medida seja aprovada.

Segundo Casagrande, o governo insiste em não negociar um período de transição para a alíquota única de **ICMS** sobre os **importados**. "Sem uma transição, não é possível fecharmos um entendimento", afirmou Casagrande, que classificou a mudança do governo como "abrupta". Ao sair do **Ministério** da Fazenda, o governador disse ainda que vai fazer um apelo aos senadores para incluírem a transição no texto da resolução.

Casagrande disse que, se a decisão do Senado não tiver "equilíbrio", pode haver "irracionalidade" em outras votações. "Uma disputa irracional, impondo uma derrota a três Estados, não é bom para um ambiente para as próximas matérias de interesse dos Estados que estão tramitando no Congresso Nacional", afirmou. O governador calcula uma perda de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano do Estado e municípios, caso a Resolução 72 seja aprovada. As compensações propostas, segundo ele, não são suficientes.


O governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, também saiu da reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, "frustrado e triste", pois o governo "mudou de posição" em relação à uniformização gradual do **ICMS** em operações interestaduais de produtos **importados**. O governo "entendeu que a gradualidade não era adequada e tirou. Ela é a peça chave desse processo", disse.

Ao sair da reunião, Colombo afirmou que também não há um consenso com o governo sobre mudanças no indexador das dívidas dos Estados, ou uma compensação aos estados em desvantagem na questão do **ICMS**. "O que poderá haver é uma redução na taxa de juros, mas não no desembolso

mensal. O que vai representar uma redução do estoque, mas não do desembolso mensal, que é muito elevado", explicou o governador.

Colombo disse que a mudança no **ICMS** é uma "invasão dentro das políticas dos Estados. Você quebra o princípio da federação". Sobre a possibilidade de questionar a medida no Supremo Tribunal Federal, ele disse que isso tem que ser analisado.

As reuniões de ontem dos governadores com o ministro Guido Mantega, e a ministra da coordenação política, Ideli Salvatti, foram uma repetição de encontros anteriores mas dessas os governadores saíram mais frustrados. O ministro da Fazenda, que falaria ao fim das negociações, cancelou entrevista.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO CUT perde espaço entre centrais sindicais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por João Villaverde | De Brasília

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do país, perdeu espaço no país. O **Ministério do Trabalho** divulga nos próximos dias um novo levantamento sobre o movimento sindical brasileiro - quantos sindicatos existem, quantos são filiados a uma central sindical, e quantos trabalhadores são filiados a cada sindicato. Referente a 2011, o levantamento baliza a repartição dos recursos do imposto sindical neste ano, para o qual não existe uma estimativa - no ano passado, o valor recolhido somou quase R\$ 1,4 bilhão. Os dados preliminares, atualizados até ontem, apontam que a liderança da CUT, ainda incontestável, começa a ser arranhada pelas demais centrais.

O **Brasil** conta com 9,8 mil sindicatos (372 mais que em 2010) e 6,8 milhões de trabalhadores sindicalizados, 588 mil a mais que o registrado há dois anos. O universo das centrais é um pouco menor, uma vez que 2,6 mil sindicatos não são filiados a uma central, e, por extensão, os 947 mil trabalhadores filiados a eles também não.

No ano passado, a CUT registrou 141 sindicatos a mais no **Ministério** do Trabalho, e essas entidades contam com 101,3 mil trabalhadores sindicalizados. Ao todo, a CUT conta agora com 2,1 mil sindicatos registrados com 2,4 milhões de sócios - segundo o índice de representatividade criado pelo governo, que cruza o número de sindicatos filiados e dos trabalhadores a eles associados, a CUT representa 36,5% do movimento sindical. A parcela, ainda majoritária, caiu. Um ano atrás, a CUT representava 38,3%.

O primeiro ano do governo Dilma Rousseff foi de crescimento para as demais centrais. A Força Sindical, segunda maior do país, chegou a 1,7 mil sindicatos no ano passado, e 982 mil sócios - 14,4% de representatividade. O aumento, de apenas 0,3%, foi um pouco inferior ao registrado pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do **Brasil** (CTB), braço sindical do PC do B, que fechou 2011 com 553 sindicatos e 574,9 mil sócios.

Os maiores saltos foram da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), de 2,4 pontos percentuais e 1,3 ponto

percentual, respectivamente. Em 2011, a UGT, a terceira maior central do país, entrou no radar político partidário, depois que seu presidente, Ricardo Patah, se filiou ao PSD, criado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Ontem, Patah fundou a ala sindical do partido, o PSD Movimentos. A UGT responde por 10,3% do movimento sindical, com quase 1,1 mil sindicatos e 700 mil sócios.

Para repartir os recursos do imposto sindical, referente a um dia de salário de todos os 44 milhões de trabalhadores com carteira assinada do país, o governo leva em conta o número de sindicatos filiados a cada central e o tamanho desses sindicatos, isto é, quantos sócios eles têm.

É preciso obter um mínimo de 7% de representatividade, de acordo com os critérios do governo, para receber uma parte do imposto sindical. Entre 2008, quando o então governo Luiz Inácio **Lula** da Silva permitiu que as centrais abocanhassem 10% do que é arrecadado com a contribuição, e o ano passado, foram seis as centrais que receberam os recursos: CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e Central Geral dos Trabalhadores do **Brasil** (CGTB). Com o racha na CGTB em meados do ano passado, a entidade não mais atinge o mínimo de 7% (está com 3,4%), e, por isso, deixará de receber recursos a partir deste ano.

O valor total do repasse de imposto sindical neste ano ainda não é conhecido, mas a divisão obedece sempre ao mesmo critério: 60% ficam com sindicatos, 15% com federações, 5% com confederações, 10% com as centrais, e 10% retornam aos cofres públicos. Do R\$ 1,4 bilhão do ano passado, as centrais repartiram entre si cerca de R\$ 135 milhões. Assim, entre 2008 e 2011, as seis centrais receberam do **Governo Federal** pouco mais de R\$ 355 milhões. Elas não precisam prestar contas da utilização dos recursos, uma vez que na Lei 11.648, de 2008, o então presidente **Lula** desobrigou as centrais de responderem ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), perpetrada pelo DEM no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010 discute o repasse. A votação está suspensa, empatada por três votos a três, e o ministro que pediu vistas no ano

passado, Carlos Ayres Britto, assume nesta quinta-feira a presidência do STF.

Em campanha nacional pela abolição do imposto sindical, a CUT já enviou carta ao STF pedindo celeridade à votação. Segundo o presidente da central, Artur Henrique, o imposto sustenta dirigentes sindicais, não sindicatos. "Em vez de depender de uma legislação de 1943, e de recursos do Estado, que chegam com garantia plena e sem esforço ou prestação de contas, defendemos que o sindicato seja sustentado pela própria classe", diz Henrique. "Daí sobrevive apenas quem luta e conquista algo para os trabalhadores", afirma ele, para quem a taxa negocial, proposta pela CUT em substituição ao imposto sindical, poderia render "até mais recursos ao sindicato".

Para Patah, presidente da UGT, a campanha da CUT vai acabar "intensificando" a migração de sindicatos filiados à CUT para outras centrais. Segundo Wagner Gomes,

presidente da CTB e ex-dirigente da CUT, a campanha pela extinção do imposto sindical "parte do pressuposto de que os sindicatos poderão sobreviver sem o imposto, como se todos os sindicatos fossem como são os metalúrgicos do ABC", em referência ao mais forte sindicato da CUT.

De acordo com João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, a CUT faz a "aposta errada [de criticar o imposto sindical] num momento em que perde representatividade". Para Juruna, o "mercado sindical" atual tem perfil mais conciliador e menos ideológico. "Ao intensificar esse discurso radical, a CUT vai acabar empurrando os sindicatos para as outras centrais", avalia.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO "Rio+20 não pode ser só desfile de chefes de Estado"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Daniela Chiaretti | Do Rio


"Que o Brasil, como país anfitrião, não deixe que a cúpula apenas reafirme os compromissos de 1992. Isso será um fracasso", disse ontem, no Rio, Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em evento no Rio sobre a Rio+20. "Já negociamos convenções demais. A Rio+20 é sobre implementação", cobrou.

"Este é um momento difícil no mundo para se fazer uma cúpula sobre **desenvolvimento** sustentável", continuou, "mas não podemos trazer 190 países e esperar pelo melhor, não se trata de um desfile de chefes de Estado."

O Brasil, segundo Steiner, tem enviado "mensagens confusas" sobre suas posições para a Rio+20. "Tenho ouvido que a Rio+20 pode ficar mais associada a Copenhague do

que à Rio92", continuou, citando a fracassada reunião sobre um tratado internacional de mudança do clima, em 2009 e a bem sucedida conferência do Rio, há 20 anos.

O Pnuma é o braço ambiental da ONU. É o "primo pobre" na família das Nações Unidas - não tem participação universal dos países, não tem autonomia nas decisões (que têm que passar pelo crivo da Assembleia Geral) e as contribuições de recursos são voluntárias. Uma das opções sobre a mesa é transformá-lo em uma agência especializada, como a OMS é para a saúde. Os Estados Unidos se opõem à ideia, mas europeus e africanos apoiam. O **Brasil** prefere a criação de um órgão de **desenvolvimento** sustentável.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Primeiro trimestre está perdido e crescimento de 4,5% é incerto		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A divulgação do Índice de Atividade Econômica do BC - prévia do PIB -, apontando retração de 0,23% em fevereiro, faz a missão da equipe econômica de terminar 2012 com crescimento de 4,5% muito difícil, afinal foi o segundo mês seguido de queda.

Crescer 4,5% em 2012 será tarefa árdua para a Fazenda

IBC-Br, do BC, colocou em xeque as ações do Governo Federal para lidar com o desaquecimento da economia

Gustavo Machado

Mal começou o ano, e o Ministério da Fazenda já está sendo obrigado a constatar o que muitos economistas já alarmavam - e que os deu um ar de "eu já sabia" durante toda a segunda-feira: fazer o Brasil crescer 4,5% será das tarefas mais árduas que a equipe chefiada por Guido Mantega terá neste ano.

Ontem o Banco Central (BC) divulgou seu Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado uma prévia mensal do Produto Interno Bruto, o qual apontou retração em fevereiro.

No segundo mês de 2012, a queda foi de 0,23% na comparação com janeiro. O indicador veio acompanhado pelo sinal negativo em ambos os períodos, fato que está inviabilizando a conta proposta pela Fazenda.

O IBC-Br-divulgado um dia antes do início da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) - confirmou os dados ruins que se alternaram entre janeiro e fevereiro de produção industrial e vendas no varejo, os principais componentes da prévia do Banco Central sobre os rumos da economia.

O entendimento agora é de que, caso a atividade econômica não mostre recuperação em março, o primeiro trimestre de 2012 será mais um a integrar a lista de períodos perdidos iniciada a partir do terceiro trimestre de 2011. "A desaceleração ainda é muito forte. No final das contas, o cenário do Banco Central se confirmou de forma muito mais contundente do que se previa", afirma o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Guilherme Perfeito.

Os dados do IBC-Br acendem a luz amarela na Fazenda e colocam em xeque os instrumentos da equipe econômica para lidar com o desaquecimento. "As medidas para estimular a indústria e o crescimento não estão tendo efeito significativo", afirma Rafael Bacciotti, economista da consultoria Tendências.

Nas últimas semanas, o Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, anunciou medidas de desoneração de diversos setores produtivos, articulou uma baixa dos juros partindo dos bancos estatais e tenta promover o crescimento da renda por meio do aumento acima da inflação do salário mínimo nos próximos três anos.

Com tanto movimento, por parte do governo, algumas pesquisas subjetivas têm indicado melhora da confiança de industriais e varejistas, o que está sendo absorvido por importantes setores produtivos da economia.

Segundo Sérgio Leme, presidente da Dedini - Indústria de Base, o ano se apresenta melhor que o anterior. "Temos visto um movimento maior, com mais consultas por nossos produtos. Temos feitos mais orçamentos, participado de mais processos. Mas, de qualquer maneira, isso ainda não se reverteu em receitas", explica.

Jorge Ramos, presidente da Sociedade Internacional de Automação (ISA, na sigla em inglês), afirma que os industriais acreditam no discurso da retomada econômica no segundo semestre, a qual ainda está na promessa. "O setor está voltando a planejar investimentos, mas nada está acontecendo de concreto. Os empresários precisam de uma segurança maior. Precisam saber que o governo, pelo menos, não irá atrapalhar", diz.

Também otimista, Marcelo Prado, presidente do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (Iemi), acredita na aceleração prometida e na recuperação das perdas do último ano. "Nossas primeiras posições trazem algo positivo, que podemos ter um processo de retomada. O que já conseguimos não é grande coisa, mas pode nos ajudar a recuperar o que perdemos em 2011. De qualquer forma, muitos setores continuarão abaixo do nível de 2010."

Jorge Ramos

Presidente da Sociedade Internacional de Automação

"O setor está voltando a planejar investimentos, mas nada acontece de concreto. É preciso uma segurança maior"

Sérgio Leme

Presidente da Dedini - Indústria de Base

"Temos recebido mais consultas e feito mais orçamentos. Mas isso ainda não se reverteu em receitas para a empresa"

Marcelo Prado

Presidente do Instituto de Estudos e Marketing Industrial

"Pode ter uma retomada. O que conseguimos não é grande coisa, mas pode ajudar a recuperar o que perdemos em 2011"

Para mercado, só com juro a 8%a retomada econômica seria possível

Para crescer 4,5%, o governo teria que apostar também em reforma tributária ampla

Com um início de ano pior do que previa a equipe comandada por Guido Mantega, o **Ministério** da Fazenda terá de rever sua estimativa de crescimento ou promover estímulos mais agressivos do que parecia disposto para manter a economia crescendo no ritmo esperado.

É o dizem economistas consultados pelo **Brasil ECONÔMICO**.

Segundo Nicola Tingas, economista chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), há um processo de estrangulamento da renda, restringindo a demanda - e o consumo em alta é uma das apostas do governo para manter o ritmo da economia. Por trás dessa restrição, diz Tingas, está o nível de emprego estabilizado e um orçamento familiar comprometido pelo endividamento adquirido nos últimos anos. "O governo quer movimentar todas as frentes possíveis para alavancar o consumo, mas a renda do brasileiro não cresce no ritmo de antes. O consumo não vai puxar a economia como em 2010", prevê.

Para Jason Vieira, economista-chefe da corretora Cruzeiro do Sul, o desejo de Guido Mantega de fazer o país crescer 4,5% neste ano não é impossível, mas o governo teria de fazer algo que pode ser considerado ousado pelo **mercado** financeiro: "pressionar o Banco Central a reduzir a taxa básica de juros (Selic) para menos de 8% ao ano, e rapidamente. Sem isso, o país não crescer mais de 4,5%", diz.

No entanto, o Comitê de Política Monetária já afirmou que a taxa Selic não ultrapassará o mínimo histórico, de 8,5% ao ano.

Vieira critica também a morosidade do governo em realizar a reforma tributária e a desindexação de contratos-problemas estruturais que impedem a redução da Selic. "Se reduzir para esta faixa teremos muitos problemas inflacionários, primordialmente, mas se continuarmos a empurrar com a barriga, continuaremos querendo crescer e não conseguindo; querendo consumir e não consumindo; querendo não ter inflação e temendo-a."

Segundo Rafael Bacciotti, economista da Tendências Consultoria, a conta do governo para crescer 4,5% é muito difícil de fechar. Antes do início do ano, era necessário que o país registrasse expansão de 1,6% em todos os trimestres para alcançar a meta de Mantega, algo que não acontece desde 2007. Com a perspectiva de que o primeiro trimestre termine abaixo de 0,5%, os outros três teriam de compensar. "Não dá pra dizer que não vai acontecer, mas crescer a essa taxa é incompatível com a atividade atual", afirma.

Com a divulgação do **PIB** do primeiro trimestre, caso a projeção de 0,5% se confirme, o avanço em doze meses da economia será de 2,2%, abaixo dos 2,7% registrados ao final de 2011. Para Bacciotti, esta queda aponta para a contínua desaceleração brasileira. "É uma trajetória de queda que vem desde o segundo trimestre de 2010. Precisávamos que estes primeiros meses fossem mais fortes. Havia "impactos" econômicos como o aumento do salário mínimo, mas não surtiram efeito. A meta de 4,5% ficou comprometida".

G.M.

AGROINDÚSTRIA

Diferente de outros anos, agronegócio começou o ano patinando.

Além da morosidade do **mercado** internacional, **Brasil** sofreu com problemas climáticos

INDÚSTRIA

Setor produtivo continua com dificuldades.

Era esperada recuperação mais elevada no início de 2012, mas setores automotivo e de eletrônicos permanecem em marcha lenta

SERVIÇOS E COMÉRCIO

A maior preocupação.

Quem estava segurando as taxas de crescimento já não possui o mesmo fôlego de antes.

Mesmo com aumento do salário mínimo, varejo e serviços diminuem ritmo

ANÁLISE

INVESTIMENTO

Empresários aguardam sinal verde

Investimentos de gigantes e estatais, que ainda não vieram, são um norte para o setor

Os investimentos, prometidos pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em 2011, ainda não saíram do papel e industriais começam a reclamar da lentidão de algumas estatais e do próprio governo para colocar a mão no bolso - literalmente - e dar o pontapé inicial nos investimentos necessários para que o país cresça num ritmo sustentado.

Segundo os executivos, algumas companhias, consideradas gigantes do setor produtivo são tidas como um norte para os empresários, que veem suas ações como uma sinalização para o mercado. "Costumamos dizer que existem os cabeças de chave, que são Petrobras, Vale, Braskem, etc. Elas dão o tom para muitos setores. O problema é que ainda

não saíram do discurso do investimento; elas ainda não se movimentaram", afirma Sérgio Leme, presidente da Dedini - Indústria de Base.

Jorge Ramos, presidente da Sociedade Internacional de Automação (ISA, na sigla em inglês), setores de base, os mais importantes na cadeia produtiva, dependem demasiadamente das grandes companhias. "Siderurgia, química e petroquímica não se movem se não vislumbrarem pelo menos um sinal verde das grandes companhias", diz.

Leme afirma que setores, como o sucroalcooleiro, teme a conjuntura econômica atual, e posterga investimentos. "Grandes investidores estão parados. Falam sobre aportes futuros, mas quando olhamos para hoje, e comparamos com o nível de investimentos de 2006 e 2007, percebemos que o setor está com a metade do nível daqueles anos", afirma. "Investi nos últimos anos e agora estou esperando meus clientes investirem. Agora quero mercado para vender meu produto", complementa o presidente da Dedini.

G.M.

	VEÍCULO JUS BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Deputados visitam Centro de Biotecnologia do <u>Amazônia</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Até o final do primeiro semestre deste ano, o **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** deverá ter sua personalidade jurídica, seu modelo de gestão definido como empresa pública e o **Ministério** o qual será vinculado. A garantia foi dada aos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do **Amazonas (ALEAM)** e da Câmara Federal, na manhã desta segunda-feira (16), pelo titular da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, Thomaz Nogueira, durante visita realizada pelos parlamentares às instalações do órgão.

Segundo ele, todos os esforços estão sendo feitos no sentido de que essa decisão seja tomada o mais rápido possível. O **Superintendente** disse que já está formulada a minuta de Projeto de Lei referente à criação da empresa pública que gerenciará o **CBA** em tramitação no **Governo Federal**. A **Suframa**, de acordo com ele, está fornecendo as informações necessárias para a definição quanto as formas de financiamento e captação de recursos, o **Ministério** ao qual o órgão ficará vinculado diretamente e o vínculo profissional com funcionários.

Thomas Nogueira disse também, aos deputados, que o **CBA** tem desenvolvido projetos nos últimos anos, mas que por falta dessa indefinição em sua gestão, ainda não conseguiu caminhar sozinho.

A visita dos deputados ao **CBA** foi articulada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT) junto à **Suframa**, com o objetivo de mobilizar a classe política no sentido de cobrar do **Governo Federal** uma posição a respeito da gestão do **CBA**, que este ano completa dez anos, mas ainda não tem "personalidade jurídica".

"São dez anos a serem completados sem uma definição. O órgão não pode funcionar porque não tem gestão definida, não tem autonomia. Não tem registro de nascimento", afirmou Odenildo Senna, fazendo questão de ressaltar a função do órgão, que não é o de desenvolver pesquisa, mas transformar os produtos em pesquisa.

Para o grupo de parlamentares, integrado pelos deputados estaduais Conceição Sampaio (PP), que representou à Presidência da Casa, Marcelo Ramos (PSB), Abdala Fraxe (PTN), Março Antônio Chico Preto (PSD), José

Ricardo Wendling (PT), Sidney Leite (DEM), Luiz Castro (PPS), além do deputado federal Carlos Souza, o secretário destacou que vê no **CBA** uma grande saída para se somar na economia do Estado do **Amazonas**.

Segundo ele, o **CBA** passando a ter o status de instituição, amplia seu papel, transformando pesquisa em produto. "Sem essa mudança passa a ser subutilizado", argumentou.

Os deputados aproveitaram para conhecer melhor as atividades desenvolvidas pelo Centro e fazer questionamentos. Também aproveitaram para dar sugestões, mas sempre reconhecendo a importância estratégica do **CBA** para a região.

Entre as propostas apresentadas, a realização de Audiência Pública para agilizar as discussões da criação da empresa pública, a formulação de um documento político conjunto, assinado pelos deputados estaduais, federais e senadores, além de entidades empresariais, pedindo urgência na definição da identidade jurídica da instituição por parte do **Governo Federal**.

Dos questionamentos do deputado Chico Preto quanto à **produção** de remédios, saiu a informação dos técnicos, de que o **CBA** trabalha em parceria com Universidade Federal do Ceará na área do câncer e que agora vão partir para os testes com animais. Outro trabalho está relacionado ao tratamento da tuberculose, já em estágio avançado.

Luiz Castro, por sua vez, defendeu a vinculação do **CBA** ao **Ministério** da Indústria e **Comércio** e cobrou uma política na área de biotecnologia para o Estado. Segundo ele, é **importante**, também, que o **CBA** tenha um portfólio de produtos que desenvolve para que possa ser mostrado para a sociedade.

Conceição Sampaio destacou a importância da **CBA** para a ciência e tecnologia. E chegou a sugerir a estadualização da instituição, caso o **Governo Federal** não tenha interesse em fazer os investimentos necessários para que o centro deslanche e cumpra sua função.

Marcelo Ramos disse que no momento econômico em que a **Zona Franca** sofre revezes, devem-se procurar

alternativas. Ele sugeriu a elaboração de um manifesto a ser encaminhado à presidente Dilma Rousseff (PT), com texto feito pela **Suframa** e pela SECT, no sentido de pressionar e agilizar a tomada de decisão quanto a sua personalidade jurídica do **CBA**.

José Ricardo concordou com Marcelo Ramos ao dizer que esse documento tem que ser uma opinião representativa da sociedade. Disse ainda, que os deputados da comissão de Ciência e Tecnologia estavam a postos em defesa do **CBA**.

Sidney Leite acredita no trabalho de forma articulada, para mudar a atual realidade do **CBA**. Ele entende que a instituição pode se transformar numa alternativa econômica para o **Amazonas**.

No encerramento, os deputados, acompanhados do pelo **Superintendente** da **Suframa** e pelos **Superintendentes** adjuntos de Projetos, Gustavo Igrejas, de Planejamento e **Desenvolvimento Regional**, José Nagib, e de Operações, José Adilson, visitaram os laboratórios de Química de Produtos Naturais e Culturas de Tecido, Cromatografia e Análise Analítica.

O que é o CBA

O **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** foi criado para gerar alternativas mediante inovação tecnológica para o melhor aproveitamento econômico e social da biodiversidade amazônica pelo Polo Industrial de **Manaus** - e adquirir, assim, subsídios para fomentar as discussões em torno do futuro do projeto.

O **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** foi criado no âmbito do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade - PROBEM, inscrito no Primeiro PPA - Plano Plurianual do **Governo Federal**, o qual foi somente instituído em 2002 pelo Decreto no. 4.284, sendo seu Conselho representado por três **Ministérios: Ministério do Desenvolvimento** da Indústria e do **Comércio Exterior - MDIC, Ministério** da Ciência e Tecnologia - MCT, e **Ministério** do Meio Ambiente - MMA.

Fonte: Diretoria de Comunicação